

Superior Tribunal de Justiça

TutPrv no RECURSO ESPECIAL Nº 1.827.083 - BA (2019/0208526-0)

RELATOR : MINISTRO MARCO BUZZI
REQUERENTE : ANGELO CALMON DE SA
ADVOGADOS : HÉLIO SANTOS MENEZES JUNIOR - BA007339
CAMILA SANTOS MENEZES - BA026223
GABRIELA PAIXAO SUAREZ - BA032933
ERIC DINIZ CASIMIRO E OUTRO(S) - DF063071
REQUERIDO : AGRICOLA PROVISAO LTDA
ADVOGADOS : RODRIGO FUX - RJ154760
MARCELA MAFFEI QUADRA TRAVASSOS - RJ114222
RENATA FERREIRA KINGSTON - RJ169538

DECISÃO

Cuida-se de pedido de tutela provisória de contracautela, deduzido por ANGELO CALMON DE SA, buscando a revogação de efeito suspensivo atribuído ao recurso especial pelo Tribunal de origem.

Na referida petição (fls. 808/827, e-STJ), aduz que *"no melhor dos cenários para a recorrente, o provimento do recurso especial importará no afastamento da multa processual decorrente da oposição dos embargos protelatórios. Tal fato, entretanto, não pode servir de fundamento para obstar o prosseguimento da execução na origem pois esta não inclui o valor da multa. Isso demonstra uma notória incongruência na decisão concessiva do efeito suspensivo."*

A fim de demonstrar a ausência de plausibilidade do direito invocado pela parte adversa, alega a ser hipótese de incidência das Súmulas 7 e 211 do STJ e 284 do STF, bem como que o acórdão recorrido encontra-se em consonância com a jurisprudência desta Corte.

Por sua vez, aduz presente o *periculum in mora inverso*, porquanto o efeito suspensivo concedido irá o obstar o prosseguimento da execução de título extrajudicial, caracterizando *"um verdadeiro prêmio à conduta procrastinatória da recorrente e seus sócios"*.

Pugna, por fim, pela concessão da contra cautela para sustar o efeito suspensivo atribuído ao recurso especial pela Presidência do Tribunal *a quo*.

É o relatório.

Decido.

O pedido não comporta acolhimento.

1. Esta Corte Superior tem admitido, **em situações excepcionais**, a apreciação de medida cautelar/tutela de urgência que vise à cassação de efeito suspensivo concedido a recurso especial, condicionando sua procedência à demonstração da inexistência de perigo da demora (*periculum in mora*) ou da existência de perigo na demora inverso e à inviabilidade do apelo (*fumus bonis iuris*).

Tal medida é conhecida, usualmente, por contracautela, consoante precedente deste Tribunal:

PROCESSUAL CIVIL. MEDIDA CAUTELAR. PEDIDO DE CONTRACAUTELA PARA SUBTRAIR EFEITO SUSPENSIVO DEFERIDO NO TRIBUNAL DE ORIGEM. EXPURGOS

Superior Tribunal de Justiça

INFLACIONÁRIOS. DEPÓSITO JUDICIAL. APLICAÇÃO DO IPC. SOBRESTAMENTO DOS FEITOS NO STF. INAPLICÁVEL AO CASO CONCRETO. FUMUS BONI IURIS E PERICULUM IN MORA. NÃO DEMONSTRAÇÃO. MEDIDA CAUTELAR JULGADA PROCEDENTE.

1. A presente medida cautelar busca a contracautela para revogar efeito suspensivo concedido pelo Tribunal de origem a recurso especial.

2. É possível que esta Corte Superior de Justiça controle, mediante ação cautelar própria aqui ajuizada, a decisão do Tribunal a quo que confere efeito suspensivo ao recurso especial, até porque essa decisão não pode ser submetida à apreciação do órgão colegiado local. Nesse sentido: AgRg na MC 15889/RJ, Rel. Ministra Nancy Andrighi, Terceira Turma, DJe 4.11.2009.

3. Não foi demonstrado o fumus boni iuris, uma vez que é firme entendimento no sentido de que o índice de correção aplicável no período em comento é o IPC. Precedentes: REsp 919101/SP, Rel.

Ministro Castro Meira, Segunda Turma, julgado em 3.5.2007, DJ 14.5.2007, p. 278; RMS 36.549/SP, Rel. Ministro Mauro Campbell Marques, Segunda Turma, julgado em 19.6.2012, DJe 27.6.2012; EDcl no AgRg no AgRg no REsp 1049564/SP, Rel. Ministro Sidnei Beneti, Terceira Turma, julgado em 4.12.2012, DJe 17.12.2012.

4. O perigo na demora também não foi configurado, uma vez que não há evidência de perigo de dano irreparável a ser suportado pela executada, tendo em vista que o valor para pagamento da quantia executada já se encontra depositado em conta judicial e à disposição da exequente.

5. Os requisitos que embasaram a concessão da liminar pelo Tribunal de origem não subsistem, devendo ser subtraído o efeito suspensivo aplicado ao recurso especial.

Medida cautelar julgada procedente.

(MC 20.854/DF, Rel. Ministro HUMBERTO MARTINS, SEGUNDA TURMA, julgado em 11/06/2013, DJe 19/06/2013)

***In casu*, entretanto, tal excepcionalidade não se revela presente.**

Com efeito, conforme restou consignado na decisão da Vice-presidência do Tribunal de origem, a qual concedeu efeito suspensivo ao recurso especial, *"há risco de eventual execução provisória de acórdão que pode vir a ser reformado pela instância superior. A cautela, no caso, se impõe, sendo que a suspensividade não trará prejuízo para nenhuma das partes, tendo em vista que eventual valor continuará bloqueado, à disposição do Juízo singular."* (fl. 788, e-STJ).

Explica-se: a ora requerida manejou agravo de instrumento contra decisão do Juízo singular (fls. 25/38, e-STJ) nos autos da execução nº 0033809- 22.2007.8.07.0001, que determinou a expedição de alvará de levantamento de quantia incontroversa e a adjudicação de ações penhoradas pelo valor de sua cotação na bolsa de valores também até o limite da quantia incontroversa, bem como indeferiu o pedido de avaliação das ações por meio de perito.

Logo, sem o efeito suspensivo, será possível o levantamento do referido valor e a alteração da titularidade das aludidas ações, o que poderá causar a ocorrência de situação irreversível ou dano de difícil reparação e o comprometimento do resultado útil do recurso especial, esvaziando seu objeto.

Por outro lado, a manutenção dos *status quo*, após deferimento do pedido de atribuição de efeito suspensivo ao apelo nobre, em nada prejudica, de forma permanente,

Superior Tribunal de Justiça

a parte requerente, pois a quantia em questão permanecerá bloqueada e as ações em tela permanecerão penhoradas.

Dessa forma, não demonstrada a ausência de *periculum in mora* ou a presença de *periculum in mora* inverso, é de rigor, de plano, o indeferimento da contracautela.

3. Do exposto, com fulcro no artigo 288 do RISTJ c/c artigo 1.029, § 5º, do CPC/15, **indefiro liminarmente** a pretensão deduzida por meio da presente petição.

Publique-se.

Intimem-se.

Brasília, 07 de outubro de 2019.

Ministro MARCO BUZZI
Relator

